

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Saldos em 31 de dezembro de 2018	Derivativos	98.833
Juros SWAP	(19.062)	
Varição cambial SWAP	36.430	
Marcação a mercado no resultado	(478)	
Marcação a mercado no patrimônio líquido	5.309	
Pagamentos	11.508	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.540	

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019					
Instrumentos financeiros derivativos – Swap					
– pagamentos/ (recebimentos)	1.444	2.647	(6.489)	(135.586)	(137.984)
Total	1.444	2.647	(6.489)	(135.586)	(137.984)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) de 31 de dezembro de 2019 estão dispostos a seguir:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL
Swap Fixo (USD) x DI 05.07.16 Itaú	53.415	56.439	(3.024)	250.000
Swap Libor x DI 28.03.18 Citibank	70.418	66.249	4.169	320.000
Swap Fixo (USD) x Pré RS 15.07.19 Scotiabank	11.821	9.852	1.969	200.000
Total	135.654	132.540	3.114	770.000

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2019. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2019 havia 3 contratos de swap, sendo um contrato de Libor + Spread para CDI + Spread, um de dólar + Spread para CDI, e um de dólar + Spread para Spread a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais e da Libor, conforme demonstrado a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência Moeda local	
				31.12.2019	31.12.2018
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa USD + 4,210%aa	-	11.583
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	115,65% CDI CDI + 0,40%aa FIXO 7,675% aa	56.439	38.332
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	115,65% CDI FIXO 7,54%aa Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa Libor + 0,91%aa	-	(407)
ITAÚ S.A.	13/03/2018	07/01/2019	115,65% CDI FIXO 7,54%aa Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa Libor + 0,91%aa	-	(2.981)
CITIBANK S.A.	28/03/2018	29/03/2021	115,65% CDI CDI + 0,93%aa Libor + 0,91%aa	66.249	51.750
CITIBANK S.A.	24/12/2018	24/06/2019	CDI + 1,0%aa USD + 2,47%aa	-	556
SCOTIABANK S.A.	15/07/2019	15/07/2020	FIXO 6,05% aa	9.852	-

Vale ressaltar que os Swaps com o Itaú e Scotiabank, respectivamente, no montante de R\$ 60.694 e R\$ 9.886 são classificados como cash flow hedge, enquanto o swap com o Citibank no montante de R\$ 70.472 é marcado a mercado por meio do resultado. A dívida relacionada a esse último também é marcada a mercado por meio do resultado, cujo efeito com MTM é nulo. **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros:** Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

Diretoria Executiva: Diretor Presidente - Artur Manuel Tavares Resende; Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - Raffaele Enrico Grandi; Diretor de Recursos Humanos e Organização - Vago; Diretor de Relações Institucionais - José Nunes de Almeida Neto; Diretora de Comunicação - Janaina Savino Villela Carro; Diretor(a) de Regulação - Anna Paula Hiotte Pacheco; Diretora Jurídica - Cristine de Magalhães Marcondes; Diretora de Compras - Margot Frota Cohn Pires; Diretor Administrativo e Controle - Márcia Sandra Roque Vieira Silva.

Conselho de Administração: Presidente - Mário Fernando de Melo Santos; Vice-Presidente - Nicola Cotugno; Conselheiro Efetivo - Monica Hodor; Conselheiro Efetivo - Guilherme Gomes Lencastre; Conselheiro Efetivo - Déborah Meirelles Rosa Brasil; Conselheiro Efetivo - Otacílio de Souza Junior; Conselheiro Suplente - Carlos Ewandro Naegele Moreira; Conselheiro Suplente - José Nunes de Almeida Neto; Conselheiro Suplente - Michele Rodrigues Nogueira; Conselheiro Suplente - Marcia Massotti Carvalho; Conselheiro Suplente - Cristine de Magalhães Marcondes; Conselheiro Suplente - Luiz Carlos Franco Campos.

Niterói, 19 de Fevereiro de 2020. **A Administração**

Relações com Investidores: Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável: Renato Resende Paes - CRC SP308201.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Ampla Energia e Serviços S.A. Niterói - RJ: **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2, 3 e 25):** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se: (i) Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47; (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude; (iii) Lançamento da fatura se de pré valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época; (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado"). **Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nos 2, 3 e 25):** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos controles internos relacionados ao ciclo de faturamento e receitas; a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais no reconhecimento de receita da Companhia. Portanto, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nos 2, 6, 12, 13 e 14):** A Companhia possui registrado ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais no montante de R\$ 3.557.686 mil, em 31 de dezembro de 2019 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de impairment desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre

Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Ativos	Risco	Cenários projetados - dez.2021			
		Base 31.12.2019	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	33.072	1.425	1.069	713
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	314.842	13.570	10.178	6.785
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	23.270	1.003	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.613.155	155.727	116.795	77.864
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(540.582)	(27.691)	(33.756)	(39.759)
Instrumentos financeiros derivados	Pré-fixado	(206.187)	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	Alta da Libor	367.136	19.296	104.016	174.741
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	512.174	20.856	87.947	143.697
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(486.194)	(35.521)	(35.521)	(35.521)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(528.628)	(20.067)	(90.691)	(149.377)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(24.978)	(895)	(1.032)	(1.167)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(2.606.908)	(82.393)	(102.180)	(121.763)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(390.540)	(20.526)	(110.646)	(185.880)
		24.784	(53.821)	(129.667)	

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
	Provável	Cenário	Cenário	Efeito líquido no resultado
ITAÚ 4131	20.014	90.478	70.464	149.031
ITAÚ 4131 SWAP PA	(20.856)	(87.947)	(67.091)	(143.697)
ITAÚ 4131 SWAP PP	11.919	14.816	2.897	17.681
Total	20.926	110.646	90.120	185.880
CITIBANK 4131 II	(19.296)	(104.016)	(84.720)	(174.741)
CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(20.296)	(104.016)	(84.720)	(174.741)
CITIBANK 4131 II - SWAP PP	15.772	18.940	3.168	22.078
Total	8.292	32.936	24.644	53.414
SCOTIABANK 4131	(8.239)	(32.723)	(24.484)	(53.068)
SCOTIABANK 4131 - SWAP PA	(8.239)	(32.723)	(24.484)	(53.068)
SCOTIABANK 4131 - SWAP PP	6.071	6.071	-	6.071
Total	34.203	49.201	14.998	62.649

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. **30. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.414.839 em 2020,

R\$2.537.620 em 2021, R\$2.574.990 em 2022, R\$2.807.737 em 2023 e R\$51.113.294 após 2023. Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foram homologados pela ANEEL. **31. Participação nos resultados:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a provisão de participação nos resultados (regime de competência) foi de R\$ 13.351 e R\$ 16.068 respectivamente. **32. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. As especificações por modalidade de risco, estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2019	31/10/2020	R\$ 1.782.602	R\$ 4.441.236
Responsabilidade civil	01/11/2019	31/10/2020	N/A	R\$ 79.642

Manifetação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A., neste ato representados pelo Presidente do mesmo, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de resultado do exercício, acompanhados do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S.S., e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, este Conselho de Administração, tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Mario Fernando de Melo Santos - Presidente da Mesa e do Conselho.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado de 2019, a Diretoria da Companhia declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Contábeis da Companhia. Após examinadas, discutidas e revisadas, declaramos que concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2019. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Artur Manuel Tavares Resende - Diretor Presidente; Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes; Raffaele Enrico Grandi - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Vago - Diretor de Recursos Humanos e Organização; José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais; Janaina Savino Villela Carro - Diretora de Comunicação; Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação; Cristine de Magalhães Marcondes - Diretora Jurídica; Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras; Fernando Andrade - Diretor de Planejamento e Engenharia; Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado.

Declaração da Diretoria da Companhia

Após examinadas, discutidas e revisadas as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado de 2019, a Diretoria da Companhia declara que tais documentos refletem adequadamente a situação da Companhia e de seus negócios e, que, portanto, concordamos com as Demonstrações Contábeis da Companhia. Niterói, 19 de fevereiro de 2020. Artur Manuel Tavares Resende - Diretor Presidente; Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes; Raffaele Enrico Grandi - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle; Vago - Diretor de Recursos Humanos e Organização; José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais; Janaina Savino Villela Carro - Diretora de Comunicação; Anna Paula Hiotte Pacheco - Diretora de Regulação; Cristine de Magalhães Marcondes - Diretora Jurídica; Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras; Fernando Andrade - Diretor de Planejamento e Engenharia; Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado.

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. **30. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.414.839 em 2020,

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa. **30. Compromissos:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$2.414.839 em 2020,

os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto. **Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de impairment de ativo imobilizado, intangível e ativos contratuais (Notas Explicativas nos 2, 6, 12, 13 e 14):** Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em impairment do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Nossos trabalhos revelaram que as premissas e a metodologia de avaliação do fluxo de caixa futuro utilizadas estão razoavelmente consistentes com a prática do mercado, assim como em relação ao período anterior e o plano de negócios da Companhia. **Reconhecimento de benefícios pós-emprego (Notas Explicativas nos 2, 9 e 21):** A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 – Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego. **Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de benefícios pós-emprego (Notas Explicativas nos 2, 8 e 21):** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação das Notas Explicativas nos 2, 9 e 21 às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria sumarizados acima, não foram identificadas distorções materiais na mensuração do benefício Pós Emprego. Portanto, consideramos apropriadas os julgamentos, as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração incluídas nas Notas Explicativas nos 2, 9 e 21 relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos saldos de benefícios pós-emprego, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa forma, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC ISP 120458/O-6 – S- RJ



Policiamento itinerante já nas ruas

Áreas com grande incidência de crimes na Z. Norte do Rio e Baixada contam com novo modelo de reforço policial

Um modelo itinerante de policiamento que pode ser aplicado em diversas áreas que precisem de reforço policial e apresentem altos índices de crimes detectados através das manchas criminais. Esse é o mote da Operação Perímetro Verde, da Secretaria de Polícia Militar, que foi implantada em bairros da Zona Norte da capital e na Baixada Fluminense.

O novo modelo de policiamento foi concebido com o objetivo de reduzir os roubos de rua, de veículos e de carga na Região Metropolitana.

Integrando unidades do Comando de Operações Especiais (COE) com os batalhões operacionais da

área, a Operação começou sua atuação pelos bairros de Acari, Pavuna, Costa Barros e em regiões limítrofes de São João de Meriti, município da Baixada Fluminense.

A duração das operações será de 15 dias, podendo ser ampliada caso haja necessidade. Inicialmente, a ocupação das áreas conflagradas é realizada por policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq). Na segunda fase da ação, policiais do BPChq e do Recom (Rondas Especiais e Controle de Multidões) realizarão o patrulhamento das principais vias, realizando abordagens e revistas, inclusive em veículos.

“Nosso planejamento é feito com base na leitura constante das manchas criminais. Em 2019, conseguimos reverter de forma muito consistente as curvas de indicadores criminais. Mas o desafio ainda é muito grande”, explica o secretário da PM, coronel Rogério Figueredo. Os números de 2019 mostram a redução da incidência criminal para o patamar de 20